

**CONSCIENTIZAÇÃO DOS DOCENTES SERVIDORES  
PÚBLICOS SOBRE A DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE  
RENDA: ORIENTAÇÕES E IMPLICAÇÕES LEGAIS**

**AWARENESS OF PUBLIC SERVANT TEACHERS ABOUT  
INCOME TAX DECLARATION: GUIDELINES AND LEGAL  
IMPLICATIONS**

**WILSON MACHADO ENES**

**RESUMO**

Este trabalho aborda a conscientização dos docentes servidores públicos em relação à obrigação de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) e às dificuldades enfrentadas no cumprimento dessas obrigações. O objetivo principal foi identificar o nível de conscientização desses profissionais sobre a importância do cumprimento da DIRPF, além de analisar os desafios encontrados no processo. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão de literatura especializada, abrangendo obras de autores renomados na área tributária e fiscal, além de dados fornecidos pela Receita Federal. Os principais resultados revelaram que, embora os servidores docentes compreendam a importância da entrega da DIRPF, muitos enfrentaram dificuldades devido à falta de conhecimento técnico e à ausência de programas de conscientização fiscal nas instituições públicas. A conclusão aponta para a necessidade de maior suporte institucional e a implementação de campanhas educativas regulares que facilitam o processo de preenchimento da DIRPF. Por fim, o estudo sugere a adoção de estratégias de compliance fiscal para minimizar os erros no cumprimento dessas obrigações e melhorar a adesão entre os servidores públicos.

**Palavras chave:** Conscientização Fiscal. Servidores Públicos. DIRPF.

**ABSTRACT**

This paper addresses the awareness of public servant educators regarding the obligation to submit the Individual Income Tax Return (DIRPF) and the difficulties faced in meeting these obligations. The main objective was to identify the level of awareness of these professionals about the importance of complying with the DIRPF, as well as to analyze the challenges encountered in the process. The methodology used is based on a specialized literature review,

encompassing works by renowned authors in the tax and fiscal areas, as well as data provided by the Federal Revenue Service. The main results revealed that, although the educational public servants understand the importance of submitting the DIRPF, many faced difficulties due to a lack of technical knowledge and the absence of fiscal awareness programs in public institutions. The conclusion points to the need for greater institutional support and the implementation of regular educational campaigns that facilitate the DIRPF completion process. Finally, the study suggests adopting tax compliance strategies to minimize errors in meeting these obligations and improve adherence among public servants.

**Keywords:** Fiscal Awareness; Public Servants; DIRPF.

## INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) é uma responsabilidade inalienável dos servidores públicos, incluindo os docentes, que devem cumprir suas obrigações fiscais de acordo com a legislação vigente. Segundo Barreto (2019), o Imposto de Renda é um dos tributos mais complexos e abrangentes do sistema tributário brasileiro, e a conscientização dos contribuintes é essencial para garantir o correto cumprimento das exigências legais. No entanto, mesmo com o avanço de sistemas eletrônicos e manuais simplificados pela Receita Federal, muitos servidores ainda enfrentam dificuldades em compreender suas obrigações, o que pode levar ao descumprimento involuntário ou negligente dessas responsabilidades (Brasil, Receita Federal, 2020).

O cumprimento da legislação fiscal, especialmente no âmbito do serviço público, é um aspecto crucial para assegurar a transparência e a ética nas instituições públicas. Costa (2016) argumenta que os servidores públicos, incluindo os docentes, devem ser exemplares no cumprimento de suas obrigações fiscais, uma vez que desempenham um papel central na promoção da legalidade e da ética dentro da sociedade. Nesse sentido, é essencial que os servidores estejam adequadamente informados sobre os procedimentos e as consequências do não cumprimento da entrega da DIRPF, contribuindo para uma maior eficiência do sistema tributário (Santos, 2019).

Contudo, conforme observado por Oliveira e Carvalho (2020), as campanhas de conscientização fiscal entre os servidores públicos, apesar de amplamente promovidas, ainda não alcançam todos os indivíduos de maneira eficaz. O déficit de

comunicação e a falta de treinamento específico são barreiras que dificultam a adoção de práticas fiscais regulares, como o envio correto da declaração do imposto de renda. A disseminação de conhecimento por meio de programas de educação fiscal, campanhas de conscientização e a disponibilização de recursos informativos são estratégias necessárias para promover o cumprimento das obrigações fiscais no setor público (Sá, 2017).

Diante desse contexto, a questão central deste estudo é: de que maneira os docentes servidores públicos percebem sua obrigação em entregar a DIRPF, e quais são as dificuldades que enfrentam no processo? As hipóteses levantadas sugerem que, apesar de uma boa parte dos docentes estar ciente de suas responsabilidades fiscais, há uma falta de suporte institucional e de clareza sobre o processo, o que resulta em descumprimento ou atrasos no cumprimento da DIRPF. Hipotetiza-se ainda que campanhas de educação fiscal direcionadas e o apoio institucional podem contribuir significativamente para a regularização dessa prática entre os servidores.

A metodologia adotada neste trabalho será mista, integrando uma revisão de literatura e um estudo de caso. A revisão de literatura buscará identificar as principais abordagens teóricas sobre conscientização fiscal e o cumprimento de obrigações tributárias entre servidores públicos, utilizando como base livros, artigos científicos e manuais técnicos. O estudo de caso envolverá entrevistas não estruturadas com docentes servidores públicos, cujas respostas serão organizadas e transformadas em gráficos para facilitar a análise qualitativa e quantitativa dos dados.

A justificativa deste estudo reside na importância de promover a conscientização fiscal entre servidores públicos, com ênfase nos docentes, para garantir a eficiência do sistema tributário e o cumprimento das obrigações legais. O entendimento das dificuldades enfrentadas pelos servidores no processo de entrega da DIRPF pode contribuir para a elaboração de políticas mais eficazes de orientação e apoio, fortalecendo a ética e a transparência no serviço público (Menezes, 2018).

Os objetivos deste estudo são identificar o nível de conscientização dos docentes servidores públicos em relação à obrigatoriedade da entrega da DIRPF, analisar as dificuldades enfrentadas durante o processo e propor estratégias para melhorar a conscientização e o cumprimento das obrigações fiscais entre os

servidores.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Obrigações Fiscais dos Servidores Públicos

As obrigações fiscais dos servidores públicos, especialmente dos docentes, são pautadas pela legislação tributária que determina a necessidade de cumprimento rigoroso de deveres fiscais. Conforme destaca Costa (2016), os servidores públicos têm a responsabilidade ética e legal de cumprir com suas obrigações fiscais, servindo de exemplo para a sociedade. Nesse contexto, a entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) torna-se uma obrigação inalienável que deve ser observada com atenção.

Ademais, Barreto (2019) ressalta que os docentes servidores públicos possuem particularidades em suas declarações devido à natureza de suas remunerações, que podem incluir adicionais por tempo de serviço, gratificações e outros benefícios. Portanto, é essencial que esses profissionais estejam atentos às especificidades que influenciam o preenchimento correto da DIRPF. Isso evita inconsistências e possíveis penalidades decorrentes de informações incorretas ou incompletas.

Segundo o Manual de Preenchimento da DIRPF (Brasil, Receita Federal, 2020), é imprescindível que os servidores públicos declarem todos os rendimentos tributáveis e isentos, incluindo eventuais recebimentos de bolsas de pesquisa ou auxílios. Dessa forma, garante-se a transparência fiscal e o cumprimento adequado das obrigações tributárias. Além disso, a correta declaração contribui para a manutenção da integridade do sistema tributário nacional.

Em relação aos aspectos legais, Lima (2017) enfatiza que o não cumprimento das obrigações fiscais pelos servidores públicos pode acarretar penalidades severas, como multas, processos administrativos e até mesmo ações judiciais. Isso reforça a necessidade de os docentes estarem plenamente conscientes de suas responsabilidades fiscais para evitar consequências que possam afetar sua carreira e reputação profissional.

No âmbito ético, Souza (2021) argumenta que a responsabilidade fiscal dos servidores públicos está intrinsecamente ligada à cultura organizacional e à promoção de uma gestão pública transparente e eficiente. Os docentes, como agentes

formadores de opinião e disseminadores de conhecimento, têm o dever moral de cumprir e promover o cumprimento das obrigações fiscais, servindo de modelo para os demais cidadãos.

Por outro lado, Menezes (2018) identifica desafios na comunicação das obrigações fiscais aos servidores públicos, apontando para a necessidade de estratégias eficazes de divulgação e treinamento. A falta de informação ou o acesso limitado a orientações claras pode dificultar o cumprimento adequado da DIRPF pelos docentes. Portanto, iniciativas institucionais são fundamentais para minimizar essas barreiras.

Além disso, Santos (2019) destaca a importância da educação fiscal como ferramenta para fortalecer a cidadania e o sistema tributário. Programas de educação fiscal direcionados aos servidores públicos podem aumentar a conscientização sobre a relevância do cumprimento das obrigações fiscais e promover uma atitude proativa em relação à entrega da DIRPF.

No que concerne às particularidades da entrega da DIRPF pelos docentes, Carvalho (2020) aponta que a complexidade do sistema tributário brasileiro exige um entendimento aprofundado das leis fiscais. Os servidores públicos devem estar atualizados sobre as mudanças na legislação tributária para evitar equívocos no preenchimento da declaração e possíveis sanções.

Martins e Almeida (2018) sugerem que o planejamento tributário é uma ferramenta eficaz para os servidores públicos gerenciarem suas obrigações fiscais. Por meio de estratégias legais, os docentes podem otimizar sua carga tributária, garantindo o cumprimento das obrigações e evitando problemas futuros com o fisco.

Finalmente, Oliveira e Carvalho (2020) analisam que campanhas de conscientização fiscal no serviço público têm um papel crucial na promoção do cumprimento das obrigações fiscais. Essas campanhas devem ser contínuas e adaptadas às necessidades específicas dos docentes, facilitando o acesso à informação e orientando sobre os procedimentos corretos para a entrega da DIRPF.

## 2.2 Penalidades e Consequências do Não Cumprimento

O não cumprimento das obrigações tributárias pelos servidores públicos, incluindo os docentes, acarreta diversas consequências legais e fiscais que podem

impactar significativamente a carreira e a vida pessoal desses profissionais. Segundo Lima (2017), a inadimplência fiscal pode resultar em multas pecuniárias elevadas, calculadas sobre o valor do imposto devido, além de juros e correção monetária.

Essas penalidades financeiras buscam coibir a sonegação e incentivar o cumprimento tempestivo das obrigações tributárias.

Adicionalmente, o descumprimento das obrigações fiscais pode implicar em sanções administrativas no âmbito do serviço público. Costa (2016) afirma que servidores públicos que não estão em dia com suas obrigações tributárias podem ser alvo de processos administrativos disciplinares, que podem culminar em advertências, suspensões e, em casos mais graves, até mesmo na demissão do cargo público. Dessa forma, a falta de conformidade fiscal não afeta apenas o indivíduo como contribuinte, mas também sua relação funcional com o Estado.

Além das penalidades financeiras e administrativas, há também implicações legais de ordem penal. Conforme Carvalho (2020), a omissão ou prestação de informações falsas na Declaração do Imposto de Renda pode configurar crime de sonegação fiscal, previsto na Lei nº 8.137/1990, sujeitando o infrator a penas que incluem reclusão de dois a cinco anos e multa. Tal consequência ressalta a gravidade do não cumprimento das obrigações tributárias e a necessidade de atenção por parte dos servidores públicos.

Outro aspecto a ser considerado é o impacto negativo na reputação profissional do servidor. De acordo com Souza (2021), a responsabilidade fiscal é um componente essencial da cultura organizacional no serviço público, e o descumprimento das obrigações fiscais pode prejudicar a imagem do servidor perante colegas, superiores e a sociedade em geral. Isso pode afetar oportunidades de progressão na carreira e a confiança depositada no profissional.

Ademais, Menezes (2018) destaca que a falta de comunicação efetiva sobre as obrigações fiscais contribui para o descumprimento inadvertido por parte dos servidores. No entanto, a alegação de desconhecimento da lei não exime o indivíduo das penalidades previstas. Portanto, é fundamental que os servidores busquem ativamente informações e orientações para evitar consequências indesejadas.

No contexto das implicações financeiras, Sá (2017) observa que as multas por

atraso ou omissão na entrega da DIRPF podem chegar a 20% do imposto devido, com um valor mínimo estipulado pela Receita Federal. Além disso, os juros de mora, calculados com base na taxa SELIC, aumentam o montante a ser pago, agravando a situação financeira do servidor inadimplente.

O não cumprimento das obrigações fiscais também pode resultar na inscrição do servidor em cadastros de inadimplentes e restrições de crédito. Oliveira e Carvalho (2020) apontam que tais restrições podem dificultar o acesso a financiamentos, empréstimos e outros serviços financeiros, causando transtornos adicionais ao servidor público.

É importante mencionar que a regularização tardia das pendências fiscais não elimina automaticamente as sanções aplicadas. Conforme Lima (2017), mesmo após a quitação dos débitos, as penalidades administrativas e legais podem permanecer, exigindo procedimentos específicos para sua resolução. Isso evidencia a importância do cumprimento tempestivo das obrigações tributárias.

Além disso, a responsabilidade fiscal é vista como um dever ético e moral do servidor público. Costa (2016) enfatiza que o respeito às leis tributárias reflete o compromisso do servidor com a legalidade e a justiça fiscal, contribuindo para o fortalecimento das instituições públicas e a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Por fim, é crucial reconhecer que as consequências do não cumprimento das obrigações fiscais vão além do indivíduo, afetando a sociedade como um todo. Carvalho (2020) argumenta que a sonegação fiscal compromete a arrecadação de recursos necessários para a prestação de serviços públicos essenciais, prejudicando o bem-estar coletivo. Portanto, o cumprimento das obrigações tributárias pelos servidores públicos é fundamental para a eficiência e a sustentabilidade das políticas públicas.

### 2.3 Planejamento Tributário para Servidores Públicos

O planejamento tributário é uma ferramenta essencial que permite aos servidores públicos, incluindo os docentes, organizar suas finanças de modo a reduzir legalmente a carga tributária e cumprir eficientemente suas obrigações fiscais. Martins e Almeida (2018) destacam que o planejamento tributário possibilita ao contribuinte

identificar oportunidades dentro da legislação para minimizar o impacto dos tributos sem infringir a lei. Assim, os docentes podem beneficiar-se ao conhecerem as deduções e incentivos fiscais disponíveis.

Uma das estratégias consiste em aproveitar as deduções legais permitidas pela legislação do Imposto de Renda. Segundo Barreto (2019), despesas com educação, saúde e dependentes podem ser deduzidas da base de cálculo do imposto, reduzindo o montante a ser pago. Para os docentes, é relevante manter registros detalhados dessas despesas ao longo do ano fiscal, garantindo que todas as deduções possíveis sejam corretamente informadas na DIRPF.

Além disso, contribuições para planos de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) podem ser utilizadas como forma de planejamento tributário. Conforme observa Carvalho (2020), as contribuições para esses planos podem ser deduzidas em até 12% da renda bruta tributável, o que diminui a base de cálculo do imposto. Essa estratégia não apenas reduz a carga tributária imediata, mas também auxilia na preparação para a aposentadoria.

Otimizar o regime de tributação escolhendo entre o modelo completo e o simplificado na declaração também é uma prática recomendada. De acordo com o Manual de Preenchimento da DIRPF (Brasil, Receita Federal, 2020), o contribuinte deve avaliar qual modelo proporciona maior benefício fiscal. Os docentes devem simular ambos os modelos para identificar qual opção resulta em menor imposto a pagar ou maior restituição.

Outra estratégia é a doação a fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, como os fundos da criança e do adolescente ou de incentivo à cultura e ao esporte. Sá (2017) menciona que essas doações podem ser deduzidas do imposto devido, até determinados limites estabelecidos pela legislação, permitindo ao contribuinte direcionar parte do imposto para causas sociais e, simultaneamente, reduzir a carga tributária.

Investimentos em bolsas de valores e outras aplicações financeiras requerem atenção especial no planejamento tributário. Martins e Almeida (2018) alertam que os rendimentos dessas aplicações possuem tratamentos fiscais específicos. O correto entendimento e declaração desses rendimentos evitam multas e possibilitam o

aproveitamento de possíveis isenções ou alíquotas reduzidas previstas em lei.

A organização financeira ao longo do ano fiscal é fundamental. Menezes (2018) ressalta que manter um controle atualizado das receitas e despesas facilita o preenchimento da declaração e a identificação de oportunidades de redução legal do imposto. Ferramentas digitais e aplicativos de gestão financeira podem auxiliar os docentes nesse processo, tornando-o mais eficiente e menos suscetível a erros.

No contexto familiar, considerar a inclusão ou exclusão de dependentes na declaração pode impactar significativamente o imposto devido. Barreto (2019) explica que a inclusão de dependentes permite a dedução de determinadas despesas, mas também implica a inclusão dos rendimentos desses dependentes na base de cálculo. Portanto, é necessário avaliar cuidadosamente qual opção é mais vantajosa do ponto de vista tributário.

A participação em programas de incentivo fiscal oferecidos por governos estaduais ou municipais também pode ser explorada. Oliveira e Carvalho (2020) apontam que alguns estados oferecem benefícios para contribuintes que participam de programas específicos, como o incentivo à emissão de notas fiscais. Embora não impactem diretamente o Imposto de Renda, essas ações promovem uma cultura de cidadania fiscal que pode refletir positivamente no cumprimento das obrigações tributárias.

Consultorias com profissionais especializados em contabilidade e direito tributário podem ser uma estratégia eficaz para otimizar o planejamento tributário. Costa (2016) enfatiza que o conhecimento técnico desses profissionais auxilia na identificação de oportunidades e na interpretação correta da legislação fiscal, garantindo que todas as ações estejam em conformidade com a lei e evitando riscos de autuações.

Por fim, a educação continuada em temas fiscais é uma estratégia de longo prazo que beneficia os servidores públicos. Santos (2019) defende que a capacitação em educação fiscal promove a compreensão aprofundada das obrigações tributárias e das possibilidades legais de planejamento. Para os docentes, essa educação pode ser multiplicada, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente e engajada no cumprimento das obrigações fiscais.

#### 2.4 Educação Fiscal e Conscientização

A educação fiscal desempenha um papel fundamental no fortalecimento da cidadania entre os servidores públicos, promovendo uma compreensão mais profunda sobre a importância dos tributos para o funcionamento do Estado. Santos (2019) afirma que a educação fiscal não apenas informa sobre obrigações legais, mas também incentiva uma participação ativa dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, os servidores públicos, especialmente os docentes, têm um papel estratégico na disseminação desses conhecimentos.

Além disso, Silva e Oliveira (2019) destacam que a conscientização tributária é essencial para fomentar a responsabilidade social e ética no serviço público. Por meio de programas educacionais voltados para a educação fiscal, é possível sensibilizar os servidores sobre a relevância do cumprimento das obrigações fiscais, reduzindo a incidência de inadimplência e irregularidades. Assim, a educação fiscal atua como uma ferramenta preventiva, promovendo a conformidade espontânea com a legislação tributária.

As campanhas de conscientização fiscal têm se mostrado eficazes na melhoria do cumprimento das obrigações fiscais entre servidores públicos. Oliveira e Carvalho (2020) analisaram práticas em órgãos federais e concluíram que iniciativas como workshops, palestras e distribuição de material informativo aumentam significativamente o nível de conhecimento e engajamento dos servidores. Essas campanhas facilitam o entendimento de questões complexas relacionadas ao Imposto de Renda e orientam sobre os procedimentos corretos para a entrega da DIRPF.

Por outro lado, Menezes (2018) aponta que ainda existem desafios na comunicação das obrigações fiscais aos servidores públicos, destacando a necessidade de estratégias de comunicação mais eficientes. A utilização de linguagem acessível e exemplos práticos pode tornar as informações mais compreensíveis, estimulando a participação ativa dos servidores nas campanhas de conscientização. Dessa forma, a educação fiscal não apenas informa, mas também motiva os servidores a adotarem práticas fiscais corretas.

A promoção da educação fiscal também está alinhada com os princípios de ética e legalidade no serviço público. Costa (2016) ressalta que os servidores públicos

têm o dever moral de cumprir e promover o cumprimento das obrigações fiscais, servindo como modelos para a sociedade. A integração de conteúdos de educação fiscal em programas de formação e capacitação contribui para o desenvolvimento de uma cultura organizacional comprometida com a transparência e a responsabilidade fiscal.

Ademais, Souza (2021) enfatiza que uma cultura organizacional que valoriza a educação fiscal fortalece a governança e a eficiência no serviço público. Quando os servidores compreendem a importância dos tributos e seu papel no financiamento das políticas públicas, há um aumento no compromisso com o cumprimento das obrigações fiscais. Isso gera um efeito positivo tanto na arrecadação tributária quanto na qualidade dos serviços prestados à população.

As campanhas de conscientização também podem abordar o planejamento tributário como uma estratégia para o cumprimento das obrigações fiscais. Martins e Almeida (2018) sugerem que, ao informar os servidores sobre as possibilidades legais de reduzir a carga tributária, como deduções e incentivos fiscais, as campanhas podem incentivar uma postura proativa no gerenciamento de finanças pessoais. Isso não apenas facilita o cumprimento da DIRPF, mas também contribui para o bem-estar financeiro dos servidores.

Além disso, a educação fiscal pode esclarecer as consequências do não cumprimento das obrigações tributárias. Lima (2017) destaca que o desconhecimento das penalidades legais e fiscais é um dos fatores que contribuem para a inadimplência. Ao informar os servidores sobre multas, sanções administrativas e implicações legais, as campanhas de conscientização podem servir como um alerta, incentivando o cumprimento tempestivo das obrigações fiscais.

Em suma: apresenta e delimita a dúvida investigada (problema de estudo - o quê), os objetivos (para que serviu o estudo) e a metodologia utilizada no estudo (como).

Sá (2017) argumenta que o compliance tributário no serviço público deve incluir programas de educação fiscal para ser efetivo. A implementação de políticas de compliance que englobem a capacitação dos servidores em assuntos fiscais reforça a conformidade e minimiza riscos de irregularidades. Assim, a educação fiscal não é

apenas uma ferramenta informativa, mas também um componente estratégico na gestão de riscos fiscais.

Por fim, Carvalho (2020) ressalta que a tributação no Brasil é complexa e que a educação fiscal é essencial para desmistificar o sistema tributário. Ao promover uma compreensão clara das obrigações fiscais e dos mecanismos de tributação, as campanhas de conscientização podem reduzir a resistência e a desconfiança em relação ao cumprimento fiscal. Isso é especialmente relevante para os servidores públicos, que têm a responsabilidade adicional de serem exemplos de conformidade legal.

Em suma, a educação fiscal e as campanhas de conscientização desempenham um papel crucial na promoção do cumprimento das obrigações fiscais entre os servidores públicos. Ao fortalecer a cidadania fiscal e incentivar práticas éticas e legais, essas iniciativas contribuem para a eficiência do sistema tributário e para a melhoria da gestão pública.

### 2.5 Compliance Fiscal no Serviço Público

O compliance fiscal no serviço público é essencial para garantir a conformidade com as exigências legais e promover uma cultura de integridade e transparência nas instituições. Sá (2017) enfatiza que o compliance tributário não se limita ao setor privado; no ambiente público, ele assegura que os servidores cumpram rigorosamente as obrigações fiscais, evitando riscos legais e reputacionais. Dessa forma, as práticas de compliance fortalecem a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Adicionalmente, Costa (2016) argumenta que a implementação de programas de compliance fiscal contribui para a prevenção de irregularidades e desvios éticos. No contexto dos servidores públicos, especialmente dos docentes, o compliance atua como um instrumento educativo, orientando sobre as obrigações tributárias e os procedimentos adequados para o cumprimento da legislação fiscal. Isso promove uma conduta proativa e alinhada aos princípios éticos do serviço público.

Para garantir a conformidade com as exigências fiscais, é fundamental que as instituições públicas adotem melhores práticas de governança. Souza (2021) destaca a importância de uma cultura organizacional que valorize a responsabilidade fiscal e a prestação de contas. Isso inclui a realização de auditorias internas, treinamentos

periódicos e a disponibilização de recursos informativos que auxiliem os servidores no entendimento e cumprimento de suas obrigações fiscais.

Além disso, Menezes (2018) aponta que a comunicação eficaz é uma das melhores práticas para assegurar o compliance fiscal. A criação de canais de comunicação internos, como intranets e boletins informativos, facilita a disseminação de informações atualizadas sobre legislações tributárias e prazos para cumprimento das obrigações. Essa abordagem reduz a assimetria de informação e incentiva a participação ativa dos servidores no cumprimento das normas fiscais.

Oliveira e Carvalho (2020) sugerem que as campanhas de conscientização fiscal devem ser integradas aos programas de compliance das instituições públicas. Essas campanhas podem abordar temas como a importância da entrega tempestiva da DIRPF, as penalidades pelo não cumprimento e as vantagens de se manter em conformidade com a legislação. Ao sensibilizar os servidores sobre esses aspectos, as instituições promovem um ambiente de transparência e responsabilidade.

No que tange às tecnologias da informação, Barreto (2019) indica que a adoção de sistemas informatizados pode otimizar os processos de compliance fiscal. Ferramentas digitais permitem o monitoramento automático de obrigações fiscais, alertando sobre prazos e atualizações na legislação. Para os docentes servidores públicos, esses sistemas podem facilitar o gerenciamento de informações necessárias para a correta elaboração da DIRPF.

A capacitação contínua dos servidores é outra prática essencial. Santos (2019) defende que treinamentos e workshops sobre temas fiscais atualizam os conhecimentos dos servidores e reforçam a importância do compliance. Investir em educação fiscal interna contribui para a redução de erros no cumprimento das obrigações e fortalece a cultura de conformidade dentro da instituição.

Carvalho (2020) alerta para os riscos associados ao não cumprimento das normas fiscais, que podem incluir sanções legais e danos à reputação institucional. Portanto, implementar políticas claras de compliance fiscal é uma estratégia preventiva que protege tanto os servidores quanto a instituição. Essas políticas devem ser acompanhadas de mecanismos de controle e avaliação para garantir sua efetividade.

A liderança desempenha um papel crucial na promoção do compliance fiscal. Costa (2016) observa que gestores e dirigentes devem atuar como exemplos de conduta ética, incentivando a adesão dos demais servidores às práticas de conformidade. Uma liderança comprometida facilita a implementação de programas de compliance e reforça a importância dessas práticas para toda a equipe.

Por fim, a integração entre setores é fundamental para o sucesso do compliance fiscal no serviço público. Sá (2017) destaca que departamentos como recursos humanos, finanças e compliance devem trabalhar de forma colaborativa para identificar riscos, compartilhar informações e desenvolver soluções eficazes. Essa sinergia amplia a capacidade da instituição de cumprir com as exigências fiscais e aprimora a gestão pública.

Em suma, o compliance fiscal no serviço público é um componente indispensável para a manutenção da legalidade, ética e transparência nas instituições. A adoção de melhores práticas, como comunicação eficaz, capacitação contínua e uso de tecnologias, contribui significativamente para a conformidade com as exigências fiscais e fortalece a confiança da sociedade nos serviços prestados pelos servidores públicos.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia deste trabalho caracterizou-se por um enfoque misto, envolvendo a realização de uma revisão de literatura e um estudo de caso. Na primeira etapa, a revisão de literatura, foram selecionadas fontes relevantes e atualizadas sobre a conscientização fiscal de servidores públicos, em especial docentes, e a obrigatoriedade de entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF).

As fontes de pesquisa incluíram livros acadêmicos, artigos de periódicos científicos e manuais técnicos, com prioridade para publicações nacionais datadas dos últimos dez anos, a fim de garantir a contemporaneidade das informações. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: pertinência ao tema, relevância científica e publicações indexadas em bases de dados reconhecidas, como Scielo, Google Scholar e periódicos da CAPES. Foram excluídos materiais que apresentassem dados

desatualizados, publicações de opinião ou sem revisão por pares.

A coleta de dados se deu por meio de uma leitura crítica e sistemática dos materiais selecionados, cujas informações foram organizadas e tabuladas de acordo com a relevância para os objetivos do estudo. A análise dos materiais foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar padrões e lacunas nas abordagens sobre o tema e o impacto da conscientização fiscal no cumprimento das obrigações tributárias pelos docentes servidores públicos.

A segunda etapa do estudo compreendeu a realização de um estudo de caso, que envolveu a aplicação de entrevistas não estruturadas com servidores públicos docentes de uma instituição de ensino. As entrevistas tiveram como base um questionário previamente elaborado, que serviu como roteiro, mas permitiu que os participantes expandissem suas respostas conforme considerassem relevante.

As respostas coletadas foram organizadas e catalogadas com o objetivo de identificar tendências e desafios no cumprimento das obrigações fiscais. Para facilitar a análise dos dados, as respostas foram transformadas em gráficos, permitindo uma melhor visualização e compreensão dos resultados.

Essa abordagem possibilitou uma análise comparativa entre os dados obtidos na revisão de literatura e as práticas relatadas pelos servidores entrevistados, contribuindo para uma compreensão mais ampla e detalhada do fenômeno estudado.

Por meio dessa metodologia mista, esperou-se alcançar uma visão integrada que articulasse a teoria abordada na literatura com a prática observada no contexto específico dos servidores públicos docentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este tópico apresenta a análise dos dados coletados a partir do questionário aplicado aos servidores públicos, com ênfase no nível de conscientização, dificuldades enfrentadas e percepção sobre a importância da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Os resultados são discutidos à luz dos objetivos propostos, destacando as relações entre o perfil socioeconômico dos participantes, as principais barreiras para o cumprimento das obrigações fiscais e o suporte institucional oferecido.

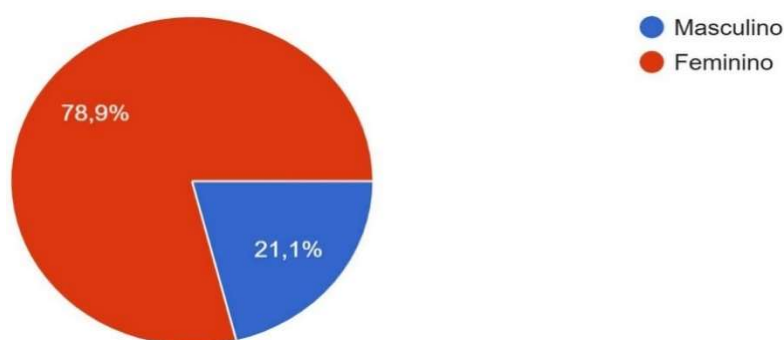
A análise foi estruturada em etapas, considerando aspectos quantitativos e qualitativos. Inicialmente, é descrito o perfil dos participantes para contextualizar a amostra. Em seguida, são abordadas as percepções sobre a obrigatoriedade e a relevância da DIRPF, as dificuldades reportadas e as estratégias sugeridas para aumentar a conscientização fiscal no grupo pesquisado. Por fim, são discutidos os resultados à luz das hipóteses e das implicações para a prática no setor público.

A caracterização demográfica dos servidores públicos pesquisados fornece uma base relevante para compreender o contexto em que as percepções e dificuldades relacionadas à Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) se inserem.

#### 4.1 Descrição da população analisada

A amostra revelou uma predominância feminina, com 78,9% das participantes sendo mulheres e 21,1% homens, conforme se observa no Gráfico 1. Essa distribuição reflete a maior participação feminina nas instituições investigadas, o que deve ser levado em consideração no planejamento de estratégias de conscientização fiscal.

Gráfico 1 - Participação dos entrevistados por sexo

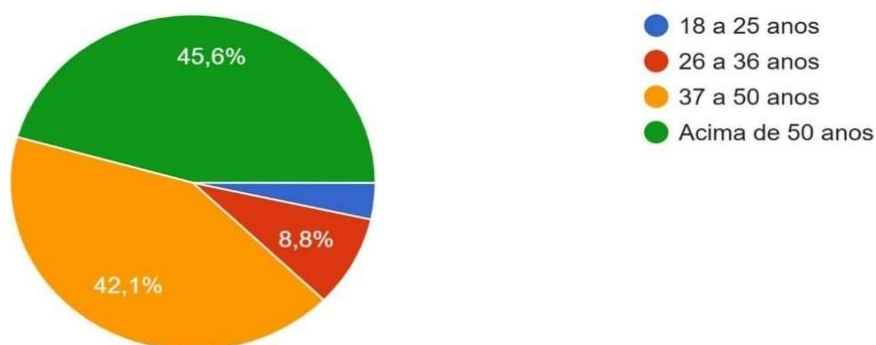


Fonte: Os autores (2025).

A análise por faixa etária evidenciou que 87,7% dos servidores têm idade acima de 37 anos, sendo 45,6% com mais de 50 anos e 42,1% na faixa entre 37 e 50 anos.

Apenas 8,8% estão na faixa de 26 a 36 anos, e 3,5% têm entre 18 e 25 anos, como se pode observar no Gráfico 2. A prevalência de participantes com idade mais avançada sugere um público experiente, com trajetória consolidada no serviço público.

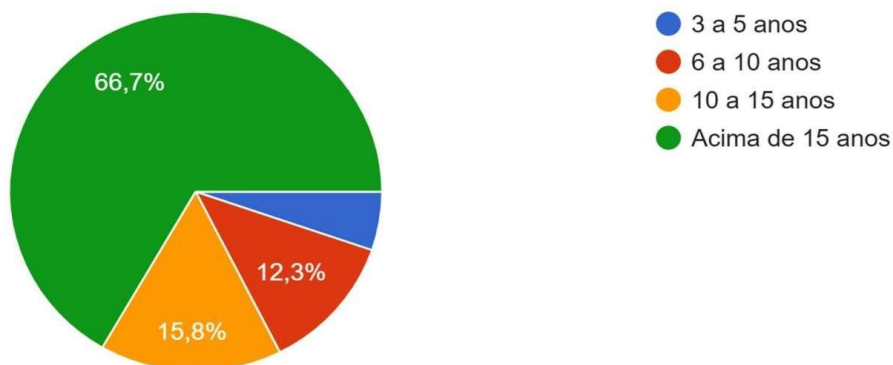
Gráfico 2 - Participação dos entrevistados por faixa etária



Fonte: Os autores (2025).

Os dados sobre o tempo de atuação demonstram que 66,7% dos participantes atuam no serviço público há mais de 15 anos, enquanto 15,8% possuem entre 10 e 15 anos de atuação. Outros 12,3% estão na faixa de 6 a 10 anos, e apenas 5,3% possuem entre 3 e 5 anos de experiência, conforme apresentado no Gráfico 3. Essa longevidade profissional reflete um grupo com maturidade e familiaridade com as obrigações fiscais.

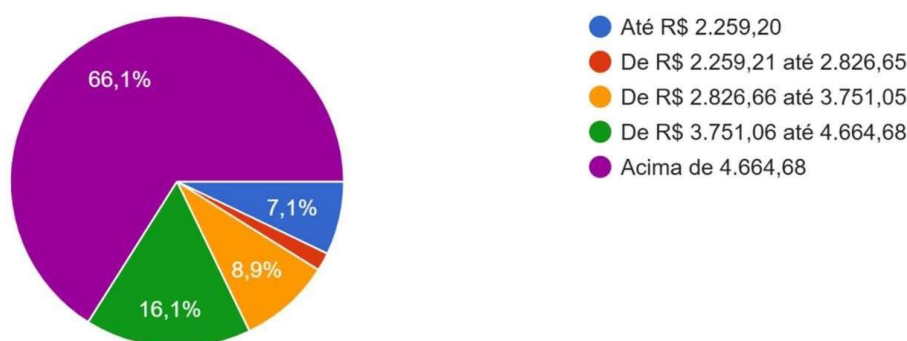
Gráfico 3 - Tempo de atuação dos entrevistados



Fonte: Os autores (2025).

Em relação aos rendimentos, a maioria (66,1%) declarou receber acima de R\$ 4.664,68, enquanto 16,1% estão na faixa de R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68. Outros 8,9% têm rendimentos entre R\$ 2.826,66 e R\$ 3.751,05, e 7,1% entre R\$ 2.259,21 e R\$ 2.826,65. A distribuição demonstra que a maior parte dos servidores se encontra em faixas salariais que normalmente exigem a entrega da DIRPF.

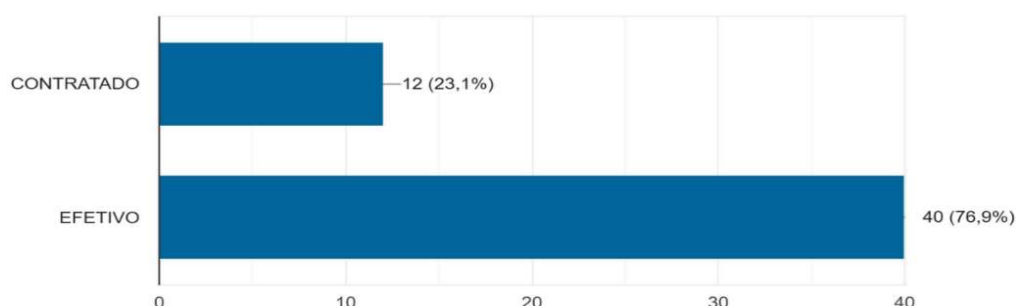
Gráfico 4 - Faixa de rendimentos dos entrevistados



Fonte: Os autores (2025).

A maioria dos servidores (76,9%) possui vínculo efetivo com o serviço público, enquanto 23,1% são contratados. Essa diferença evidencia que a maior parte do grupo investigado tem maior estabilidade no cargo, o que pode influenciar positivamente no cumprimento das obrigações fiscais.

Gráfico 5 - Vínculo trabalhista dos entrevistados



Fonte: Os autores (2025).

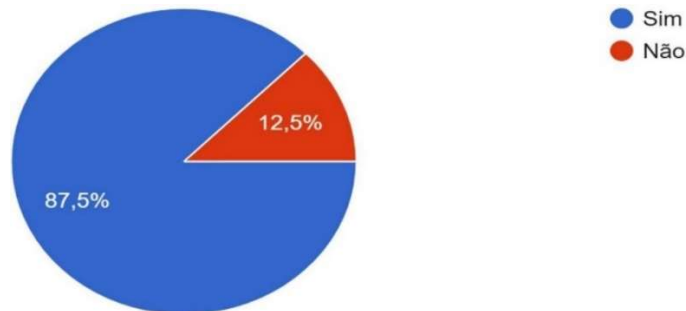
Os participantes estão distribuídos em diversas instituições públicas, com maior representatividade na E.M. Deputado Jaime M. (31,5%) e na E.M. Professora Hermínia M. (20,4%). Essa concentração reflete a relevância dessas instituições na composição da amostra, mas também destaca a diversidade de realidades entre os servidores pesquisados.

#### 4.2 Conscientização e Percepções sobre a DIRPF

A análise dos dados revelou um nível significativo de conscientização dos servidores públicos em relação à obrigatoriedade da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). A maioria dos participantes (87,5%) afirmou estar ciente de que servidores públicos devem realizar a declaração independentemente da renda

auferida anualmente (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Resposta à pergunta: Você está ciente da obrigatoriedade da entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) como servidor público, independente da renda auferida anualmente?

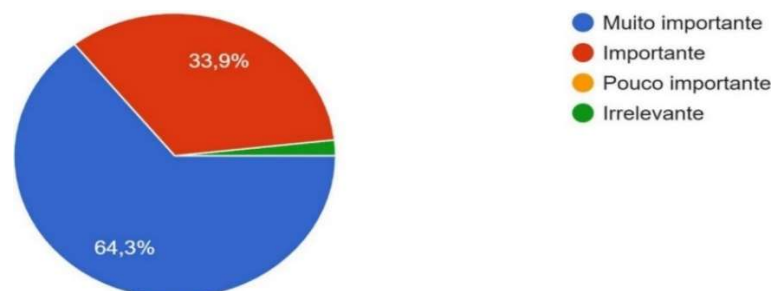


Fonte: Os autores (2025).

Esse dado reflete uma boa base de conhecimento sobre as responsabilidades fiscais dentro do grupo investigado. No entanto, uma parcela de 12,5% demonstrou desconhecimento, indicando a necessidade de ações educativas específicas para atingir esse público.

A percepção da importância da DIRPF também foi analisada, e 64,3% dos participantes consideraram "muito importante" a conscientização sobre a entrega da declaração entre servidores públicos. Outros 33,9% classificaram como "importante", enquanto apenas 1,8% atribuíram baixa relevância ou a consideraram irrelevante (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Na sua opinião, qual a importância da conscientização sobre a entrega da DIRPF entre os servidores públicos?



Fonte: Os autores (2025).

Esses resultados reforçam o entendimento coletivo sobre a relevância da declaração como uma obrigação legal e moral, destacando o papel essencial da conscientização nesse processo.

Quando questionados sobre as penalidades aplicáveis aos servidores que não cumprem suas obrigações fiscais, 71,9% afirmaram ter conhecimento sobre as consequências legais, enquanto 28,1% indicaram desconhecimento (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Você utiliza algum serviço especializado (contador, plataforma de declaração) para realizar a sua DIRPF?

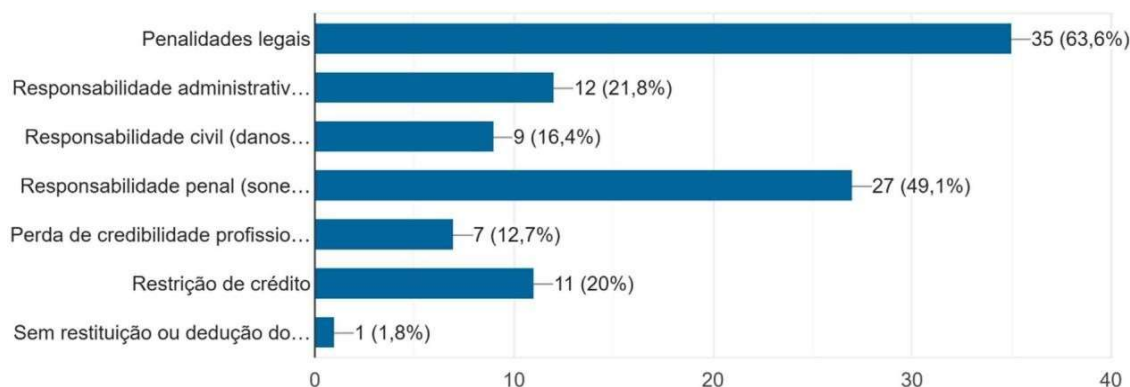


Fonte: Os autores (2025).

Essa lacuna evidencia que, embora a maioria dos servidores esteja informada sobre as penalidades, quase um terço do grupo ainda carece de informações completas, o que pode gerar insegurança ou equívocos no cumprimento da DIRPF.

Por fim, os participantes também indicaram suas percepções sobre as principais consequências do descumprimento da DIRPF. A maioria (63,6%) destacou as penalidades legais como o impacto mais relevante, seguido pela responsabilidade penal (49,1%) e administrativa (21,8%). Outros apontaram restrição de crédito (20%) e perda de credibilidade profissional (12,7%) como potenciais repercussões (Gráfico 9).

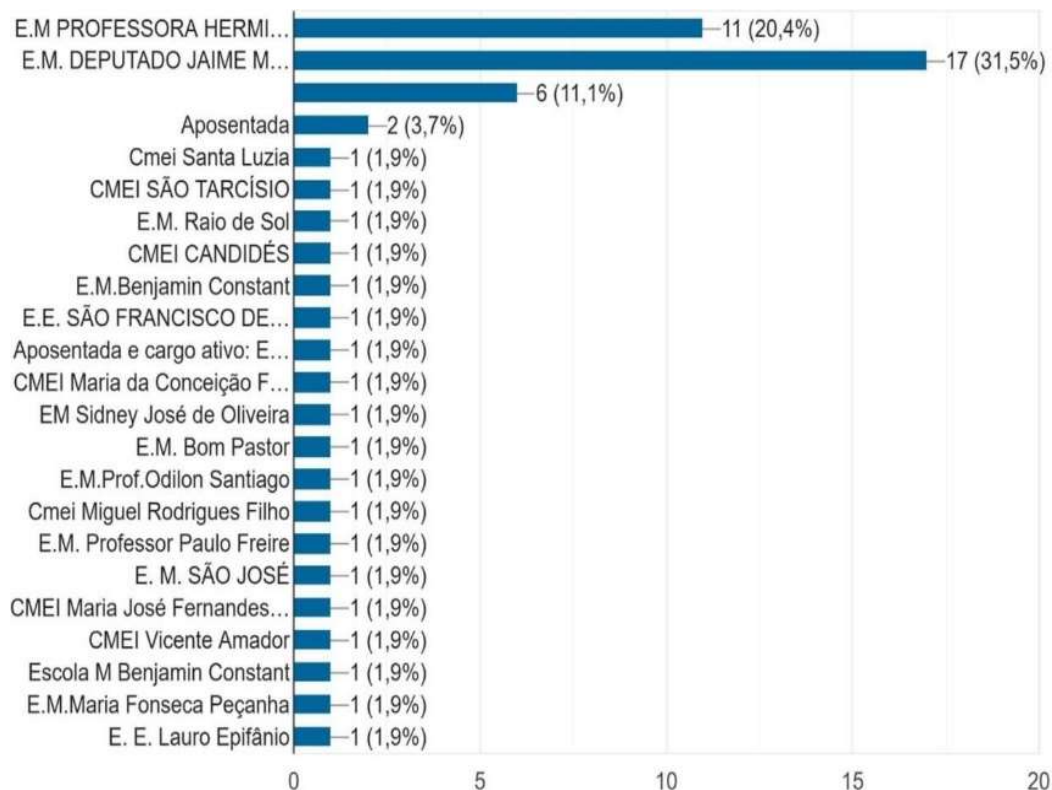
Gráfico 9 - Na sua visão, quais são as principais consequências do não cumprimento das obrigações fiscais como servidor público?



Fonte: Os autores (2025).

Essa lacuna evidencia que, embora a maioria dos servidores esteja informada sobre as penalidades, quase um terço do grupo ainda carece de informações completas, o que pode gerar insegurança ou equívocos no cumprimento da DIRPF.

Gráfico 10 - Instituições em que os entrevistados atuam



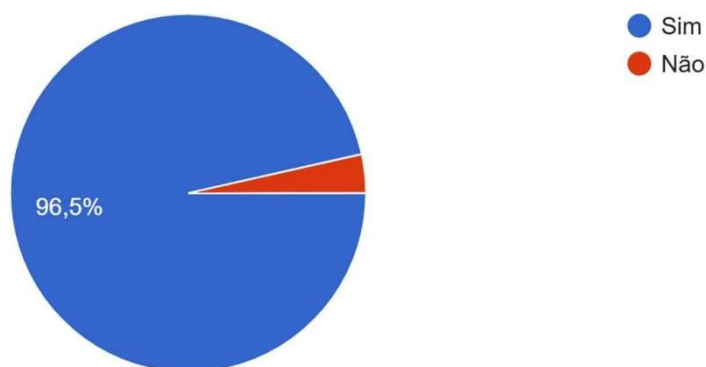
Fonte: Os autores (2025).

Esses dados reforçam a necessidade de ações preventivas que esclareçam não apenas as penalidades, mas também as etapas necessárias para evitar problemas fiscais.

#### 4.3 Principais Dificuldades Relatadas

A pesquisa identificou as principais dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos no cumprimento da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Embora a maioria (96,5%) tenha relatado realizar a declaração regularmente (Gráfico 11), os dados evidenciam que alguns desafios ainda dificultam a adesão total e a entrega no prazo.

Gráfico 11 - Você entrega a Declaração do Imposto de Renda regularmente?



Fonte: Os autores (2025).

Entre os participantes que não entregam a DIRPF regularmente, 33,3% afirmaram que acreditam estar isentos, e 25% mencionaram a falta de tempo como um dos principais motivos. Outros citaram dificuldades relacionadas à documentação necessária (8,3%), falta de recursos para pagamento do imposto (8,3%) e desconhecimento da obrigatoriedade (8,3%), conforme demonstra o Gráfico 12. Esses resultados destacam a importância de campanhas educativas voltadas a esclarecer as condições de isenção e simplificar os processos de organização documental.

Gráfico 12 - Se você não entrega a DIRPF regularmente, qual é o principal motivo?

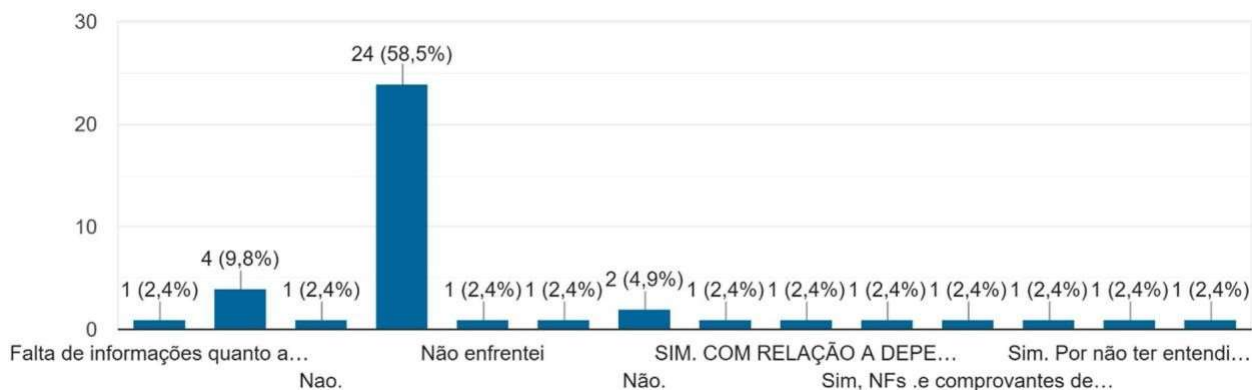


Fonte: Os autores (2025).

Além disso, foi analisado se os participantes já enfrentaram dificuldades no processo de entrega da DIRPF. A maioria (58,5%) relatou não ter enfrentado problemas, o que sugere um nível geral de familiaridade com o processo. No entanto, entre os que enfrentaram dificuldades, as principais barreiras incluíram falta de

informações quanto à declaração (9,8%), questões relacionadas a dependentes e documentação comprobatória (Gráfico 13). Esses desafios evidenciam áreas onde melhorias podem ser implementadas para garantir maior eficiência no cumprimento das obrigações fiscais.

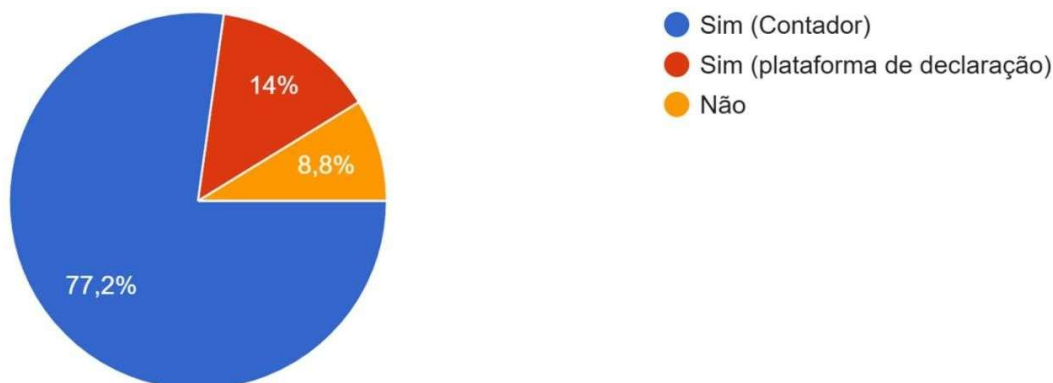
Gráfico 13 - Você já enfrentou alguma dificuldade na entrega da DIRPF? Se sim, qual?



Fonte: Os autores (2025).

Outro ponto relevante foi a dependência de serviços especializados para a realização da DIRPF. A maioria dos participantes (77,2%) relatou utilizar os serviços de um contador, enquanto 14% optaram por plataformas de declaração e apenas 8,8% não utilizaram suporte especializado (Gráfico 14). Essa dependência pode ser atribuída à complexidade do processo e às dúvidas sobre preenchimento e envio, indicando a necessidade de simplificar as ferramentas disponíveis ou promover treinamentos que aumentem a autonomia dos servidores.

Gráfico 14 - Você utiliza algum serviço especializado (contador, plataforma de declaração) para realizar a sua DIRPF?



Fonte: Os autores (2025).

Por fim, o suporte institucional foi apontado como uma das lacunas mais relevantes no processo. A pesquisa mostrou que 66,7% dos participantes não receberam qualquer orientação formal sobre a DIRPF, enquanto 13,3% buscaram informações por conta própria, por meio de leitura e pesquisa (Gráfico 15). Esse déficit reflete a necessidade de ações mais estruturadas por parte das instituições públicas, como palestras, materiais informativos e suporte individualizado, que foram sugeridos como estratégias por parte dos próprios participantes.

Gráfico 15 - Você já recebeu orientação formal sobre o tema. Se sim, qual foi o formato dessa orientação?



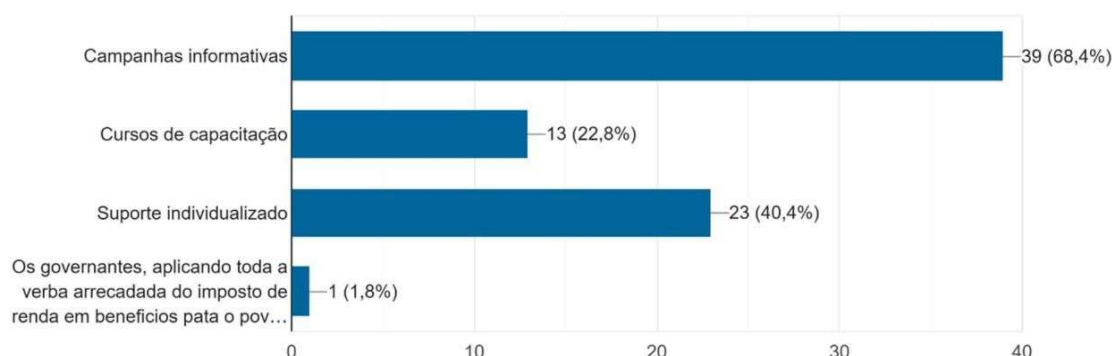
Fonte: Os autores (2025).

#### 4.4 Propostas de Melhorias e Estratégias Educativas

Com base nos resultados obtidos, é possível propor melhorias que visam aumentar a conscientização fiscal e reduzir as dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos no cumprimento da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Essas estratégias devem focar em ações educativas e de suporte que atendam às demandas apontadas pelos participantes.

A pesquisa revelou que 68,4% dos participantes consideram as campanhas informativas a melhor maneira de promover a conscientização fiscal (Gráfico 13). Essas campanhas podem incluir a divulgação de informações simplificadas sobre a obrigatoriedade da DIRPF, condições de isenção, prazos e principais penalidades, utilizando canais acessíveis como e-mails institucionais, redes sociais e reuniões pedagógicas.

Gráfico 16 - Qual seria, na sua opinião, a melhor maneira de promover a conscientização fiscal entre os servidores públicos?



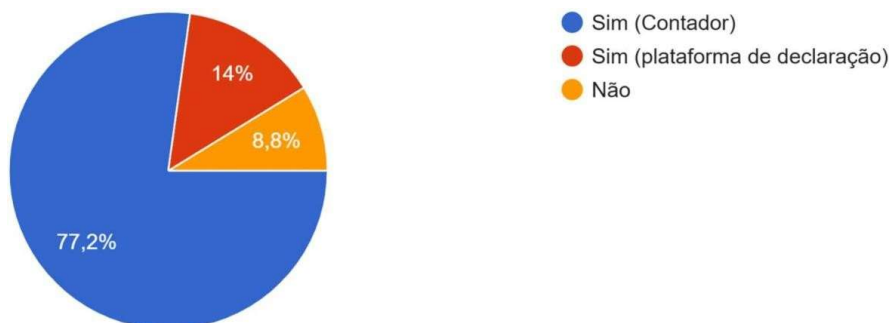
Fonte: Os autores (2025)

Além das campanhas, 40,4% dos servidores apontaram o suporte individualizado como uma estratégia eficaz (Gráfico 13). Esse suporte pode ser implementado por meio de consultorias especializadas oferecidas pela própria instituição, onde servidores possam tirar dúvidas específicas e receber orientações personalizadas sobre como preencher e enviar a declaração.

A realização de cursos voltados para o entendimento das normas fiscais foi mencionada por 22,8% dos participantes como uma estratégia relevante (Gráfico 13). Esses cursos podem abordar tópicos como planejamento tributário, organização documental e preenchimento correto da declaração. Oferecer capacitações regulares, especialmente em períodos próximos ao prazo da DIRPF, pode aumentar a autonomia dos servidores no cumprimento dessa obrigação.

O incentivo ao uso de plataformas de declaração, já utilizadas por 14% dos servidores (Gráfico 8), também é uma proposta viável. Investir em treinamentos para o uso dessas ferramentas pode ajudar a reduzir a dependência de contadores (77,2%) e aumentar a confiança dos servidores no processo de declaração.

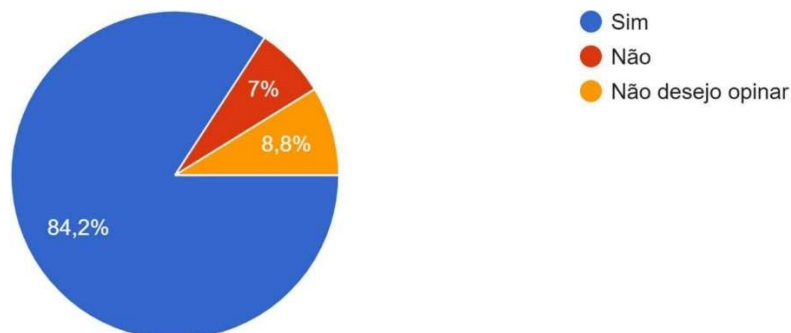
Gráfico 17 - Você utiliza algum serviço especializado (contador, plataforma de declaração) para realizar a sua DIRPF?



Fonte: Os autores: (2025).

Os resultados apontaram que 84,2% dos participantes acreditam que as instituições devem fornecer mais apoio e orientação sobre o cumprimento das obrigações fiscais (Gráfico 11). A implementação de programas institucionais que combinam palestras, materiais didáticos e canais de atendimento pode não apenas reduzir as dificuldades relatadas, mas também aumentar a adesão e o entendimento sobre a DIRPF.

Gráfico 18 - Você considera que a sua instituição deveria fornecer mais apoio e orientação sobre o cumprimento das obrigações fiscais?



Fonte: Os autores (2025).

#### 4.5 Análise dos Resultados

Os dados coletados a partir do questionário revelaram aspectos significativos sobre a conscientização fiscal e as dificuldades enfrentadas pelos docentes servidores públicos no cumprimento da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Esses resultados dialogam diretamente com a literatura abordada, permitindo reflexões aprofundadas.

O alto índice de conscientização relatado (87,5% dos participantes) reflete um nível considerável de entendimento sobre a obrigatoriedade da DIRPF, corroborando o argumento de Costa (2016) de que os servidores públicos, pela sua posição, têm maior responsabilidade em cumprir suas obrigações fiscais. No entanto, os 12,5% que desconhecem essa obrigação evidenciam o déficit de campanhas eficazes de educação fiscal, conforme criticado por Oliveira e Carvalho (2020), que destacam a insuficiência das estratégias atualmente utilizadas para alcançar todos os servidores.

Além disso, 64,3% dos participantes classificaram a conscientização como "muito importante", alinhando-se ao que Santos (2019) aponta sobre a educação fiscal como uma ferramenta essencial para fortalecer a cidadania e a conformidade tributária. Esses dados reforçam a necessidade de ações contínuas e específicas, como programas de formação voltados para servidores públicos.

A dificuldade mais citada entre os que não entregam a DIRPF regularmente foi o desconhecimento sobre a obrigatoriedade (33,3%), seguido da falta de tempo (25%). Esses dados refletem a complexidade do sistema tributário brasileiro, conforme discutido por Barreto (2019), que destaca a necessidade de simplificação do processo e de disseminação de informações claras para evitar equívocos.

Entre os que enfrentaram dificuldades no processo de entrega, 9,8% mencionaram a falta de informações como a maior barreira. Menezes (2018) já havia destacado que a comunicação ineficaz sobre as obrigações fiscais é um dos principais desafios no setor público, o que corrobora a importância de investir em suporte institucional mais acessível.

A pesquisa mostrou que 77,2% dos servidores dependem de contadores para realizar sua DIRPF. Embora essa prática seja válida, ela reflete a insegurança dos participantes em relação ao preenchimento autônomo, indicando uma lacuna no conhecimento técnico, conforme descrito por Sá (2017). Investir em treinamentos e capacitação para o uso de plataformas digitais, como sugerido por Martins e Almeida (2018), pode reduzir essa dependência e aumentar a autonomia dos servidores.

A ausência de suporte formal foi evidenciada por 66,7% dos participantes, que relataram não ter recebido qualquer orientação sobre a DIRPF. Como apontado por Souza (2021), a falta de uma cultura organizacional que valorize a educação fiscal

limita a capacidade dos servidores de cumprir suas obrigações com eficiência. Esses dados reforçam as hipóteses de que a criação de políticas de suporte pode minimizar erros e aumentar a conformidade.

As preferências dos participantes por campanhas informativas (68,4%) e suporte individualizado (40,4%) estão alinhadas às recomendações de Oliveira e Carvalho (2020), que defendem abordagens personalizadas e acessíveis para promover a conscientização fiscal. Além disso, a realização de cursos de capacitação foi apontada como uma estratégia viável, conforme já sugerido por Santos (2019), para melhorar o entendimento das obrigações tributárias.

Os dados também apontaram que 75,4% dos servidores reconhecem o planejamento tributário como uma ferramenta eficaz para melhorar o cumprimento das obrigações fiscais. Essa percepção reforça a argumentação de Barreto (2019) e Martins e Almeida (2018), que destacam o potencial do planejamento como uma estratégia para reduzir a carga tributária e minimizar equívocos no preenchimento da DIRPF.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo analisar o nível de conscientização e as dificuldades enfrentadas por servidores públicos no cumprimento da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Partiu-se do problema central de investigar as barreiras que interferem no cumprimento dessa obrigação fiscal e avaliar o papel do suporte institucional nesse contexto. Foram levantadas as hipóteses de que a maioria dos servidores estaria ciente da obrigatoriedade da DIRPF, mas enfrentaria dificuldades devido à complexidade do processo e à ausência de suporte adequado, e que estratégias educativas poderiam melhorar significativamente a adesão e o entendimento das obrigações fiscais.

Os resultados confirmaram parcialmente essas hipóteses. Identificou-se que 87,5% dos servidores estavam cientes da obrigatoriedade da DIRPF, mas uma parcela relevante (12,5%) desconhecia essa exigência, evidenciando lacunas na disseminação de informações. Além disso, 66,7% dos participantes relataram não ter recebido qualquer orientação institucional sobre o processo de declaração, o que

reforçou a importância de ações educativas e programas de suporte estruturados. A dependência de serviços especializados, utilizada por 77,2% dos participantes, demonstrou que a complexidade do sistema tributário ainda é uma barreira significativa, mesmo para um público com alta experiência profissional.

Entre os principais achados, destacaram-se as dificuldades relacionadas à percepção de isenção (33,3%), falta de tempo (25%) e problemas com documentação (8,3%). Esses fatores, alinhados às limitações do suporte institucional, contribuíram para a insegurança e a baixa autonomia dos servidores no cumprimento de suas obrigações fiscais. Por outro lado, a pesquisa revelou que 75,4% dos participantes consideraram o planejamento tributário uma ferramenta eficaz para melhorar a adesão e minimizar erros, o que sugere um caminho promissor para futuras intervenções educativas.

Este estudo apresentou algumas limitações que devem ser consideradas. A pesquisa foi conduzida com uma amostra limitada a servidores públicos de determinadas instituições, o que restringe a generalização dos resultados para outras categorias profissionais ou regiões. Além disso, a metodologia baseou-se em questionários, o que pode ter limitado a exploração de aspectos mais profundos sobre as motivações e percepções dos participantes.

Diante dos achados, destaca-se a necessidade de investigações futuras que ampliem a abrangência da amostra, incluindo servidores de diferentes níveis hierárquicos e áreas de atuação, bem como estudos que utilizem métodos qualitativos, como entrevistas aprofundadas, para explorar as percepções e experiências relacionadas à DIRPF. Adicionalmente, pesquisas que avaliem a eficácia de programas educativos e de suporte, como cursos de capacitação e consultorias personalizadas, poderão fornecer subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação fiscal no setor público.

Em síntese, este estudo contribuiu para evidenciar a relevância de ações educativas e de suporte institucional no cumprimento da DIRPF pelos servidores públicos, reforçando a importância de estratégias integradas que promovam a conscientização fiscal, reduzam as dificuldades enfrentadas e fortaleçam a cidadania tributária.

**REFERÊNCIAS**

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, F. **Imposto de Renda das Pessoas Físicas: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1966.
- BRASIL. Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012. **Educação Fiscal**. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.
- BRASIL. Receita Federal. **Manual de Preenchimento da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF)**. Brasília: Receita Federal do Brasil, 2020.
- CARVALHO, P. **Tributação no Brasil: Uma Análise Crítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.
- COSTA, M. S. **Ética e legalidade no serviço público: obrigações fiscais dos servidores**. Revista de Ética e Administração Pública, 2016.
- ENES, W. M. **Atividade de gestão de pessoas e enfoque da competência digital: Estudo no APL de Nova Serrana - MG**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Dom Pedro Leopoldo, 2021. Repositório 2021.97fl. Disponível em: <https://fpl.edu.br/Mestrado/Dissertaçõesdefendidas/2021>.
- LIMA, P. R. **Consequências do não cumprimento das obrigações fiscais: um estudo sobre as penalidades aplicáveis aos servidores públicos**. Cadernos de Direito Tributário, 2017.
- MARTINS, A. G., & Almeida, J. R. **Planejamento Tributário: Estratégias para Redução da Carga Fiscal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.
- MENEZES, J. V. **Desafios na comunicação das obrigações fiscais: um estudo com servidores públicos**. Revista Brasileira de Administração Tributária, 2018.
- OLIVEIRA, R. C., & CARVALHO, M. P. **Campanhas de conscientização fiscal no serviço público: uma análise das práticas em órgãos federais**. Journal of Public Administration, 2020.
- SÁ, A. B. **Compliance Tributário: Desafios e Oportunidades para as Organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- SABBAG, Eduardo. **Planejamento Tributário**. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, A. F. **Educação fiscal como ferramenta de cidadania e fortalecimento do sistema tributário.** Revista de Administração Pública, 2019.

SILVA, C. R., & Oliveira, M. L. **Educação Fiscal e Consciência Tributária: Desafios e Perspectivas.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Educação em Contabilidade. Brasília: ABCONT, 2019.

SOUZA, L. M. **Cultura organizacional e responsabilidade fiscal no serviço público.** Revista de Gestão Pública, 2021.

**AUTORES:**

**Autor1**, *Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista, Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Cláudio. E-mail: wilsonenes50@gmail.com*